

## Ato de improbidade pode levar à cassação de Matheus Gianello

## Câmara de S.Caetano recebe pedido de cassação do mandato de Gianello por manter assessora fantasma

O vereador de São Caetano Matheus Gianello (PL) poderá ter o mandato cassado. Ele foi denunciado por prática de improbidade administrativa, violação de decoro e conduta incompatível com a dignidade do cargo. A queixa contra o legislador foi protocolada na última semana e será votada hoje. O autor se baseou em ação do Ministério Público de São Paulo, que apura denúncia de que Gianello manteria funcionária fantasma em seu gabinete. Ana Carolina Oliveira Bruno, uma de suas assistentes, viajou à Itália sem pedir férias ou afastamento e, mesmo fora do País, recebeu salário integral do Legislativo. Parlamentar, de oposição, diz que é vítima de "retaliação política". Política 4

# Ato de improbidade pode levar à cassação de Matheus Gianello

Câmara de São Caetano analisa hoje admissibilidade de se abrir processo interno para destituir o vereador acusado de manter assessora fantasma

WILSON GUARDIA

wilsonguardia@dabc.com.br

Matheus Gianello (PL), vereador e advogado de São Caetano, pode ter o mandato cassado em até 90 dias. Isso porque, o parlamentar foi denunciado à Câmara por praticar supostas práticas irregulares. Entre as quais, ato de improbidade administrativa, violação de decoro parlamentar e de conduta incompatível com a dignidade do cargo. O pedido de destituição foi protocolado pelo empresário e morador da cidade Marcelo Jesus Camargo, que baseou a manifestação em denúncia analisada pelo MP-SP (Ministério Público de São Paulo).

A queixa protocolada no fim da última semana será levada hoje a plenário. O documento, único na ordem do dia, terá sua admissibilidade analisada e votada. Segundo apurou a reportagem, a abertura do processo apuratório que poderá levar à cassação de Gianello não terá dificuldades para ser aprovada.

O inquérito civil em desfavor do vereador, que é afilhado político do ex-prefeito José Auricchio Júnior (PSD), está em curso na 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Caetano. A ação apura denúncias sobre a manutenção de funcionários fantasmas no ga-



GIANELLO. Vereador diz sofrer retaliação e que tudo será esclarecido

binete do parlamentar.

A investigação teve origem em denúncia anônima apontando que a assessora Ana Carolina Oliveira Bruno, nomeada para a chefia de gabinete, teria recebido remuneração integral sem ter prestado serviços. A ex-comissionada – foi exonerada em 10 de março –, segundo a acusação, viajou para a Itália entre 22 de junho e 4 de julho de 2025 sem pedir férias ou afastamento das funções.

A pedido do Ministério Público, a PF (Polícia Federal) confirmou, por meio de certidão do sistema de tráfego internacional, que a servidora

Ana Carolina Oliveira Bruno entrou e saiu do Brasil no período em apuração.

A acusação formulada junto ao MP-SP indica que Gianello teria cometido grave negligência, uma vez que estava ciente sobre a viagem da chefe de gabinete, que recebe u salário de R\$ 17.487,86, sem descontos.

Esse recorte da ação no MP-SP – que também analisa práticas semelhantes cometidas por outro assessor do parlamentar –, segundo Marcelo Camargo, foi o que baseou a denúncia na Câmara e não por perseguição política. O empresário foi can-

didato a vereador em 2024 pelo União Brasil, quando obteve 1.317 votos, mas, como não está filiado a nenhum partido, perdeu a suplência.

“Deixo claro que não faço política baseada em perseguição ou ataques pessoais. Meu compromisso é com a verdade, com a fiscalização e com o respeito ao dinheiro da população. Diante da gravidade dos fatos, entendi que era minha obrigação como cidadão e homem público encaminhar toda a documentação às autoridades competentes, para que tudo seja apurado de forma séria e transparente. Seguirei acompanhando o caso e defendendo respeito ao povo e responsabilidade com o dinheiro público”, pontuou Camargo.

Procurado, Gianello afirmou ser vítima de “retaliação política” e que as acusações serão “devidamente esclarecidas” nos campos adequados. “Há alguns dias fui vítima de agressão física covarde dentro da Câmara, ao receber um soco de outro parlamentar. Desde então, além da violência sofrida, venho sendo alvo de clara retaliação política. Agora, tentam justificar um processo de cassação contra mim sob o argumento de suposta quebra de decoro parlamentar, usando como pretexto uma denúncia falsa no MP-SP sobre funcionário fantasma, que será devidamente esclarecida. O curioso é que outros vereadores desta Casa também respondem a denúncias semelhantes”, disse o vereador.

A violência alegada por Gianello teria ocorrido no 3º andar da Câmara, pavimento onde ficam os gabinetes. Segundo o parlamentar, o colega de Parlamento Caio Salgado (PL) teria lhe desferido um soco enquanto estava de costas. O caso é apurado internamente na Câmara.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política/Regional/Nacional **Página:** Capa + página 4